

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.255.796 - SP (2018/0045812-6)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : JOSE COELHO
AGRAVANTE : JAIRO COELHO
AGRAVANTE : CLAUDIO COELHO
ADVOGADO : ANTÔNIO COELHO - SP071670
AGRAVADO : EDUARDO JOSE CASTELLANO
ADVOGADO : LEANDRO RICARDO ZENI - PR029479

EMENTA

CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO NA ÉGIDE DO CPC/73. POSSESSÓRIA. INTERDITO PROIBITÓRIO. DESNECESSIDADE DE RETORNO DOS AUTOS PARA NOVO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. NOVO JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CARACTERIZADA. PROTEÇÃO POSSESSÓRIA. REQUISITOS. PROVA DO EXERCÍCIO DE POSSE. INEXISTÊNCIA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA RECONSIDERAR A DECISÃO AGRAVADA E, EM NOVA ANÁLISE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.**

DECISÃO

EDUARDO JOSÉ CASTELLANO (EDUARDO) propôs interdito proibitório cumulado com pedido de indenização contra JOSÉ COELHO, JAIRO COELHO E CLAUDIO COELHO (JOSÉ COELHO E OUTROS).

O juízo de primeira instância julgou o pedido procedente, nos termos do art. 269, I, do CPC/73, para manter EDUARDO na posse do imóvel objeto da ação, sob pena de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a 30 (trinta) dias, para o caso de descumprimento da decisão (e-STJ, fls. 397/399).

O Tribunal paulista deu provimento ao apelo de JOSÉ COELHO E OUTROS para julgar a ação improcedente em acórdão assim ementado:

Possessória - Interdito proibitório - Necessidade de que sejam demonstrados os requisitos para a proteção possessória

Superior Tribunal de Justiça

postulada pelo autor, isto é, posse atual e justo receio de ser molestado.

Possessória — Interdito proibitório - Inexistência de indícios de que o autor tivesse exercido posse sobre a área objeto do litígio - Ausência de prova do exercício de posse que afasta a tese de justo receio de ser molestado, bem como a tese de que os réus tivessem praticado atos de turbação.

Possessória - Interdito proibitório - Ajuizamento de ação possessória pelos réus em face de terceiros, objetivando a desobstrução da servidão de trânsito em relação à fazenda de sua propriedade, que não configura ameaça à posse do autor.

Possessória — Interdito proibitório - Demonstrado pelos réus que não praticaram ameaça à posse do autor, por se tratar de propriedade distinta da ocupada por eles — Inexistência de marcos separando a propriedade do autor da propriedade dos réus - Delimitação das fazendas que deve ser objeto de discussão em ação demarcatória - Sentença reformada - Ação improcedente - Apelo dos réus provido (e-STJ, fl. 432).

Os embargos de declaração opostos por EDUARDO foram rejeitados (e-STJ, fls. 459/465).

Irresignado, EDUARDO interpôs recurso especial, com base na alínea *a*, do permissivo constitucional, alegando ofensa aos arts. 267, IV, 333, II, 535 e 932 do CPC/73; 14, 85, § 2º, 373, II, e 1.022, I e II, do NCPC; e, 485, IV, 567, 1.196 e 1.197 do CC/02, sob os argumentos de (1) negativa de prestação jurisdicional, pois o Tribunal de origem permaneceu omissos em relação à necessidade de intimação para se manifestar acerca do documento juntado que influenciou no provimento da apelação; (2) nulidade do acórdão recorrido diante da caracterização do risco de esbulho e da indevida inversão do ônus probatório; (3) a conclusão pela ausência das condições da ação para o interdito gera a impossibilidade de se enfrentar o mérito; e, (3) exorbitância dos honorários advocatícios (e-STJ, fls. 467/488).

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 494/512).

O apelo nobre não foi admitido na origem (e-STJ, fls. 513/515).

Em decisão de minha lavra, o recurso especial de EDUARDO foi provido para retorno dos autos ao Tribunal paulista para que analisasse as questões trazidas nos embargos de declaração (e-STJ, fls. 568/570).

Nas razões do presente agravo interno, JOSÉ COELHO E OUTROS alegaram que não existe omissão no acórdão do TJSP, não havendo motivos para que os autos sejam novamente analisados (e-STJ, fls. 573/588).

Ao final pediram a reconsideração da decisão agravada ou,

Superior Tribunal de Justiça

alternativamente, a o julgamento do recurso pelo órgão colegiado competente.

Não houve impugnação ao recurso (e-STJ, fl. 591).

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do agravo interno e pelo desprovimento do agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 602/606).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação merece provimento.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Reconsidero a decisão agravada por verificar a desnecessidade de retorno dos autos ao tribunal de origem para novo julgamento dos embargos de declaração. Passo, portanto, a novo exame do recurso especial interposto por EDUARDO.

(1) Da ofensa ao art. 535 do CPC/73

Os embargos de declaração se destinam a suprir omissão, esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, podendo ser-lhes atribuídos, excepcionalmente, efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido.

No caso, não há falar em negativa de prestação jurisdicional, pois o TJSP decidiu a matéria controvertida de forma fundamentada, ainda que contrariamente aos interesses da parte. Ressalte-se que o julgador não está obrigado a examinar todos os argumentos aduzidos pela parte, quando tenha encontrado fundamentação suficiente para dirimir integralmente o litígio.

Observe que ao julgar os embargos de declaração, o Tribunal Paulista enfrentou de modo claro e fundamentado a alegação relativa à intimação para se manifestar acerca do documento juntado, enfatizando que:

2.2. A irresignação do embargante no que tange à tese de violação ao princípio do contraditório e da ampla defesa, por não ter sido intimado para se manifestar acerca do documento

Superior Tribunal de Justiça

colacionado com a petição de fl. 424, igualmente, não pode prevalecer (fl. 11).

O requerimento apresentado pelos embargados (fl. 424), ou seja, comunicado de falecimento de um dos seus procuradores, instruído com a respectiva certidão de óbito (fl. 425), por não ter vinculação com o mérito da demanda, não era capaz de causar qualquer influência no julgamento do caso analisado.

Por isso, desnecessária a intimação do embargante para se manifestar sobre o ventilado documento (e-STJ, fls. 463).

Dessa forma, não houve a omissão aduzida, pois a questão submetida ao Tribunal de Justiça local, foi fundamentadamente examinada, não merecendo censura o acórdão que rejeitou os embargos em razão da inexistência dos vícios do art. 535 do CPC/73.

(2), (3) e (4) Do alegado risco de esbulho, da inversão do ônus probatório, da impossibilidade de se enfrentar o mérito diante da ausência das condições da ação para o interdito e do arbitramento dos honorários advocatícios

O TJSP, soberano na análise das provas, consignou no acórdão objurgado, que o pleito de interdito proibitório de EDUARDO não encontraria guarida, porquanto não preenchidos os requisitos para a proteção possessória, bem como diante da inexistência de demonstração de ameaça à posse sobre a área objeto do litígio, conforme se lê dos seguintes trechos:

2.2. No caso em tela, não existem indícios de que o autor, em algum momento, tivesse exercido, efetivamente, posse sobre a área a ser protegida.

A tese de fundado receio do autor decorre da afirmação de que os réus estavam praticando atos preparativos para invadir o seu imóvel, ou seja, a "Fazenda Nova Santo Amaro" (fl. 2).

De acordo com o autor, os atos preparativos de invasão estavam consubstanciados em uma ação ajuizada pelos réus em face de "Duraflora S.A." e "Duratex S.A.", na qual pleitearam o direito de passarem pelo imóvel das aludidas empresas para chegarem à "Fazenda Paiolanos", a eles pertencente (fl. 2).

Alegou o autor que a "Fazenda Paiolanos" não existe, tudo não passando de um artifício dos réus para se apossarem da "Fazenda Nova Santo Amaro", que lhe pertence (fl. 2).

2.3. Contudo, os documentos juntados nesses autos (fls. 71/116), bem como o acórdão proferido na apelação interposta da sentença prolatada na ação possessória movida

Superior Tribunal de Justiça

pelos réus em face de "Duraflora S.A." e "Duratex S.A.", Ap n° 0007358-41.2007.8.26.0270, julgada em 7.8.2013 pela 38ª Câmara de Direito Privado, ao contrário do que sustentou o autor (fl. 2), confirmaram a existência da "Fazenda Paiolanos", cuja posse pertence aos réus.

[...]

Note-se que a aludida ação possessória proposta pelos réus, a qual teria causado o receio de ser ato preparatório para a invasão da fazenda do autor (fls. 2, 227), ou seja, da "Fazenda Nova Santo Amaro", tinha por objeto a proteção de acesso à "Fazenda Paiolanos", cuja área era distinta da propriedade do autor.

2.4. De qualquer maneira, o ajuizamento pelos réus da referida ação possessória em face de "Duraflora S.A." e "Duratex S.A." não configura justo receio de iminente esbulho ou turbção da posse do autor, a ensejar o interdito pleiteado na ação ora em análise.

[...]

3. Nessas condições, dou provimento à apelação contraposta, reformando a sentença impugnada (fls. 399/401), a fim de julgar improcedente a ventilada ação, revogando a liminar concedida anteriormente (fls. 45/46).

Deve o autor, sucumbente, arcar com o pagamento das custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios arbitrados, com suporte no § 4º do art. 20 do CPC de 1973, aplicável à espécie, em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigidos pelos índices da tabela prática editada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo desde a data da publicação do acórdão (e-STJ, fls. 435/438).

Assim, para alterar as conclusões acima adotadas seria necessário o reenfrentamento dos fatos da causa, providência inviável, na via eleita, em razão do óbice contido na Súmula nº 7 do STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ESBULHO. NÃO COMPROVADO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRETENSÃO RECURSAL QUE ENVOLVE O REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com

Superior Tribunal de Justiça

fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. A alteração das conclusões do acórdão recorrido exige reapreciação do acervo fático-probatório da demanda, o que faz incidir o óbice da Súmula nº 7 do STJ.

3. Em razão da improcedência do presente recurso, e da anterior advertência em relação à aplicabilidade do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.

4. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no AREsp nº 1.001.588/RJ, minha relatoria, Terceira Turma, j. 9/5/2017, DJe 30/5/2017)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. CABIMENTO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. VERIFICAÇÃO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. LIVRE CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. USUCAPIÃO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. ANÁLISE. SÚMULA 7/STJ.

[...]

7. De todo modo, o Sodalício de origem afirmou que os requisitos para a reintegração de posse foram devidamente preenchidos (fl. 194). Inviável, pois, o acolhimento da pretensão trazida em recurso especial, pois a revisão do que foi decidido pelo Tribunal a quo encontraria óbice na Súmula 7/STJ.

8. De igual modo incide a Súmula 7/STJ quanto ao argumento de que o art. 1.240 do Código Civil foi violado, tendo em vista que, ao revés do que afirma a recorrente, consta do acórdão recorrido que não houve o preenchimento dos requisitos essenciais ao reconhecimento da prescrição aquisitiva.

9. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp nº 1.486.471/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. 27/8/2019, DJe 2/9/2019)

Nessas condições, **DOU PROVIMENTO** ao agravo interno para reconsiderar a decisão agravada e, em nova análise, **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso especial interposto por EDUARDO.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

Ministro **MOURA RIBEIRO**

Relator

